



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PATRICIA
ANDRADE
CASTRO
CARVALHO
30/03/2026 18:31

**Subcomitê Gestor de Metas
Biênio 2024/2026**

Ata de reunião n. 02/2026

1. Informações da reunião

Data: 10/03/2026 **Hora:** 11h **Tipo:** ordinária
Formato: online **Local/Plataforma:** Google Meet

2. Participantes

Integrantes (membros)

Excelentíssimo Desembargador	Paulo José Ribeiro Mota
Juiz Auxiliar da Presidência	Thomaz Moreira Werneck
Titular da Secretaria da Corregedoria Regional	Vanessa Borelli Silva
Diretor da Coordenadoria de Estatística	Gustavo Miranda Silva
Diretora da Coordenadoria de Governança e Projetos	Patrícia Andrade Castro Carvalho

3. Pauta

Item	Assunto
I	1. Apresentação dos resultados das Metas Nacionais referentes ao mês de fevereiro/2025

4. Breve relato

O Desembargador Paulo Mota iniciou a reunião agradecendo a presença dos membros e passou a palavra ao Diretor Gustavo, que, inicialmente, esclareceu que está sendo utilizado o glossário do ano passado, uma vez que o novo glossário ainda não foi disponibilizado, o que acaba prejudicando a realização dos cálculos. Em seguida, apresentou os resultados das Metas Nacionais referentes ao mês de fevereiro de 2026:

- **Índice de processos julgados (Meta Nacional 1)** - Mede o percentual de processos julgados em relação ao total de processos distribuídos no 1º e 2º graus de 20/12/2025 a 19/12/2026, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2025 a 19/12/2026. O TRT2 atingiu 59,47% de cumprimento da Meta 1 e o Diretor ponderou a utilização do glossário desatualizado para realização dos cálculos e problema no sistema.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- **Índice de processos antigos julgados (Meta Nacional 2) - parte 1** – A meta é identificar e julgar, até 31/12/2026, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2024 nos 1º e 2º Graus. Informou que, considerando a quantidade de processos antigos julgados no 1º e 2º graus, o TRT-2 consegue manter o cumprimento da meta desde o mês de janeiro, atingindo o percentual de 104,27% de cumprimento da meta.
- **Índice de processos antigos julgados (Meta Nacional 2) - parte 2** - A meta é identificar e julgar, até 31/12/2026, todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há mais de 5 anos (2021), nos 1º e 2º Graus. Pontuou que, em virtude do saldo baixo de processos pendentes, trata-se de uma meta com evolução gradual do cumprimento, tendo sido atingido o percentual de 13,51% de cumprimento da meta.
- **Estimular a Conciliação (Meta Nacional 3)** – A meta é aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2023/2024 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação. O Diretor Gustavo esclareceu que o percentual a ser considerado para o cumprimento da Meta 3 de 2026 é de 47,33% de conciliações (ou mais) na fase de conhecimento (Índice de Conciliação - IC). Ao final do 1º bimestre esse índice não foi alcançado (IC: 39,37), porém a meta foi cumprida devido à cláusula de barreira de 38%.
- **Reduzir a Taxa de Congestionamento, exceto execuções fiscais (Meta Nacional 5)** – A meta é reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2025. Possui Cláusula de barreira na fase de conhecimento de 40% e Cláusula de barreira na fase de execução de 45%. Esclareceu que, quanto maior o índice de congestionamento, mais difícil é para o tribunal lidar com seu estoque de processos. Trata-se de uma meta com evolução gradual ao longo dos meses, com expectativa de cumprimento a partir do 3º trimestre. Destacou que houve 40,68% de cumprimento da meta.
- **Estimular a Inovação no Poder Judiciário (Meta Nacional 9)** – A meta é desenvolver, no ano de 2026, dois projetos dois inovadores, um com foco na melhoria dos serviços judiciais (atividade finalística), e um com foco na melhoria organizacional (processos internos), relacionados a um dos Macrodesafios da Estratégia Nacional, a partir dos Laboratórios de Inovação de ao menos duas instituições públicas. Patrícia afirmou que, para o ano de 2026, o projeto escolhido pelo TRT2, com foco na atividade judiciária, foi o "Projeto IARA - Pauta Estratégica de Audiências", que é uma iniciativa de inovação desenvolvida em parceria entre os TRTs da 15ª e da 2ª Região, por meio de seus laboratórios de inovação, com o objetivo de estudar, desenvolver e testar soluções, possivelmente automatizadas, para aprimorar a organização e a gestão das pautas de audiência, utilizando metodologias de inovação colaborativa. A iniciativa também contribui para o cumprimento da Meta Nacional 9 do Conselho Nacional de Justiça para 2026, que incentiva projetos inovadores realizados em parceria entre instituições públicas. Informou que, quanto ao projeto com foco nos processos internos, o TRT2 está na fase de alinhamento com o TRT11, para realização do Projeto EDITAL SUSTENTÁVEL – Motor Inteligente de Conformidade Sustentável em Contratações Públicas, que tem por finalidade o desenvolvimento de ferramenta tecnológica baseada em inteligência e processamento automatizado de documentos, destinada a: analisar editais de licitação e documentos correlatos; identificar automaticamente a presença ou ausência de critérios de sustentabilidade socioambiental; verificar a conformidade com as diretrizes previstas no Guia Prático de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho e com o guia prático das contratações sustentáveis do TRT da 2ª Região; gerar relatórios estruturados de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

análise de conformidade contendo recomendações técnicas e apoiar gestores de contratos, equipes de licitação e unidades de governança das contratações na incorporação adequada de critérios de sustentabilidade em processos licitatórios.

A servidora Patrícia afirmou que a Secom realizará campanha voltada à realização de exames periódicos, alinhada com a Secretaria de Saúde, no mês de abril do corrente ano.

O Diretor Gustavo pontuou que existem metas específicas da Justiça do Trabalho; entretanto, como o respectivo glossário ainda não foi disponibilizado, não foi possível apresentá-las neste momento.

O Dr. Paulo sugeriu a elaboração de gráfico comparativo entre os dados mensais dos anos de 2025 e 2026, com o objetivo de facilitar a visualização da evolução do desempenho deste Regional.

A Secretária Vanessa abordou aspectos relacionados ao Painel de Acompanhamento Institucional (PAI), destacando a possibilidade de aperfeiçoamento da ferramenta para ampliar a visualização da evolução dos resultados pelas unidades judiciárias. Ressaltou a importância de tornar a consulta mais acessível e didática, inclusive por meio da implementação de consulta evolutiva por unidade e do aprimoramento do painel de inspeção, de modo a facilitar o acompanhamento das metas pelos magistrados e magistradas.

O Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Thomaz Moreira Werneck, esclareceu que, com o apoio da Estatística, realizou um guia didático sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário, contemplando orientações gerais e diretrizes.

O Desembargador Paulo Mota agradeceu, mais uma vez, a presença dos membros do Colegiado e encerrou a reunião.

5. Deliberações

Após exposição e discussão a respeito dos assuntos da pauta, foram tomadas as seguintes deliberações:

Descrição	Responsável pelo cumprimento
Elaboração de gráfico comparativo entre os dados mensais dos anos de 2025 e 2026.	Estatística

6. Próxima reunião

Data: a definir.

7. Assinatura do(a) coordenador(a) do colegiado

PAULO JOSE RIBEIRO MOTA:56693 Assinado de forma digital por PAULO JOSE RIBEIRO MOTA:56693
Dados: 2026.03.30 10:12:19 -03'00'

Assinatura eletrônica, conforme selo de autenticidade.